

2.7 — Delego nos directores regionais Dr. Alfredo Jorge da Cruz Sobral, da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Norte, Dr. Manuel Simões Monteiro, da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro, em substituição, e Dr. Edgar Plácido Correia, da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul, em substituição, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Justificar ou injustificar faltas do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- b) Autorizar o início das férias e o seu gozo interpolado e a alteração de férias, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço, do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- c) Autorizar, relativamente ao pessoal afecto a cada direcção regional, despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;
- d) Autorizar as despesas pelo fundo de maneiço até € 100;
- e) Assinatura no que respeita a assuntos correntes das respectivas direcções regionais.

3 — Competências delegadas — no uso das competências delegadas pelo despacho do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, n.º 27 145/2004, de 10 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 29 de Dezembro de 2004:

3.1 — Subdelego no subdirector-geral das Pescas e Aquicultura engenheiro Carlos d'Almeida Andrade Albuquerque a competência para autorizar a libertação e ou substituição das garantias constituídas para assegurar a concretização de quaisquer projectos, desde que se verifiquem os pressupostos previstos nos dispositivos de aprovação dos mesmos e não resulte enfraquecida a posição credora do Estado.

3.2 — Subdelego na directora de serviços do Departamento da Frota, Dr.ª Maria Bárbara Gomes Duque, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Autorizar a aquisição, modificação e afretamento de embarcações de pesca, presentes as condicionantes constantes do despacho de delegação do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas acima referido;
- b) Fixar áreas de operação mais restritas para embarcações de pesca costeira registadas no continente.

3.3 — Subdelego no director regional das Pescas e Aquicultura do Norte, Dr. Alfredo Jorge da Cruz Sobral, no director regional das Pescas e Aquicultura do Centro, em substituição, Dr. Manuel Simões Monteiro, e no director regional das Pescas e Aquicultura do Sul, em substituição, Edgar Plácido Correia, a competência para autorizar, nas respectivas áreas, a aquisição, modificação e afretamento de embarcações de pesca local, presentes as condicionantes constantes do despacho de delegação do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas aqui referido.

4 — No que se refere às competências ora delegadas e subdelegadas nos subdirectores-gerais, nos directores de departamento e nos directores regionais, poderão os mesmos subdelegá-las no todo ou em parte, dentro dos condicionalismos legais.

5 — O presente despacho ratifica todos os actos entretanto praticados pelos referidos dirigentes no âmbito das competências delegadas ou subdelegadas entre 17 de Julho de 2004 e a data de publicação do presente despacho.

13 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

### Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

**Despacho n.º 2058/2005 (2.ª série).** — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos torna-se público que foi conferido a Pedro Alexandre Serejo Romão Farinha Tonel o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico, na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

10 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

**Despacho n.º 2059/2005 (2.ª série).** — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológica.* — Para os devidos efeitos torna-se público que foi conferido a Paulo Jorge Gonçalves Bernardo

o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico, na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

10 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

**Despacho n.º 2060/2005 (2.ª série).** — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos torna-se público que foi conferido a Cláudia Sofia Alves Pereira Ferreira o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico, na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

10 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Conservatório Nacional

#### Escola de Música

**Aviso n.º 766/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento do disposto no capítulo v do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no escaparate da Escola de Música a lista de antiguidade do pessoal não docente abrangido pelo referido decreto-lei e com referência a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários, agentes e contratados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

12 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Wagner Diniz*.

### Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

**Despacho n.º 2061/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino particular e cooperativo e profissional a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento no ano lectivo de 2003-2004 o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

<b>Escola Superior de Educação de Lisboa</b>	Classificação profissional
<b>3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário</b>	Valores
4.º B — 16:	
Maria dos Anjos Mendes Marques Mota Duarte .....	14,5
Maria Madalena Arruda Pereira Parreira Cabral .....	16
Ana Maria Matos Policarpo Gomes Pereira .....	14,5
 <b>Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Lisboa</b>	
<b>3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário</b>	
5.º — 17:	
Ana Paula Coimbra Xavier Fernandes .....	16